

Introdução

O principal fator competitivo no mercado internacional reside no conhecimento e na capacidade de inovação das empresas, e não na sua dimensão ou tradição internacional.

No início dos anos 1970, alguns autores (Johnson, 1970; Caves, 1971) apresentaram trabalhos explicativos do fenómeno da internacionalização das empresas dos Estados Unidos iniciado duas décadas antes. Passados quarenta anos – isto é, na década de 1990 – as empresas portuguesas iniciaram o seu processo de internacionalização.

A integração da economia portuguesa na economia mundial, com particular destaque na economia europeia, tem sido efetuada de uma forma gradual a partir do final da Segunda Guerra Mundial, com uma participação institucional simultânea em várias organizações multilaterais, que arrancou com a entrada na Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) em 1948, uma posterior adesão à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) em 1960, seguindo-se a celebração do Acordo de Comércio Livre com a Comunidade Europeia em 1972, debatendo-se com alguns recuos durante o período de 1974-1985 em virtude de dificuldades na balança de pagamentos, vindo a atingir o seu expoente máximo em 1986, com a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) (atual União Europeia).

Entramos na CEE ao mesmo tempo que a Espanha, mas o choque de abertura da economia foi sentido negativamente com mais intensidade por Portugal, dada a maior abertura financeira e o maior protecionismo comercial patente em Espanha. As empresas portuguesas defrontaram-se, à altura, com uma difícil entrada nos

mercados espanhóis, enquanto a Espanha encontrou da parte de Portugal o seu mais importante parceiro comercial e investidor na área financeira.

A Europa entrou numa recessão muito grande no início dos anos 1990, que viria a atingir Portugal em 1992, levando a dificuldades acrescidas de penetração dos produtos portugueses tradicionais nos mercados europeus mais atingidos.

As empresas portuguesas foram fortemente penalizadas pelas elevadas taxas de juro, que obrigavam a suportar grandes encargos financeiros para reestruturar os seus processos e modos operativos, comprometendo a sua modernização e até a sua sobrevivência.

Não era possível investir competitivamente no estrangeiro com taxas de juro internas tão elevadas. Quem quisesse financiar-se no estrangeiro, para investir lá ou cá, tinha de fazer um depósito no Banco de Portugal que onerava em muito esse empréstimo, pelo que tornava-o impraticável.

Constatamos que a internacionalização da economia portuguesa foi adiada, em grande parte, devido a esse protecionismo financeiro, tendo-se favorecido indiretamente a economia espanhola, que em termos financeiros se encontrava numa fase de maior abertura.

Os crescentes níveis de inter-relação entre as economias nacionais, o crescente protagonismo de novas dinâmicas de vantagem competitiva, o recurso a mecanismos mais complexos de concorrência ou as alterações ocorridas nas formas de organização das atividades empresariais têm repercussão na internacionalização das empresas, a saber:

- O protagonismo adquirido pelas empresas de pequena e média dimensão (PME) que através de métodos diversos têm mostrado que a atividade externa não é um exclusivo das grandes empresas multinacionais (EMN);
- A proliferação de novas fórmulas institucionais de acesso aos mercados internacionais permite um aproveitamento melhor das vantagens competitivas e uma flexibilidade maior em contextos de mudança;

— O processo de internacionalização deixou de se apresentar como uma aventura solitária para a empresa. Internacionalizar-se é, cada vez mais, integrar-se numa rede de acordos inter-empresariais. Por essa razão, a seleção de parceiros e de fórmulas contratuais passaram a ser um aspeto chave na estratégia internacional da empresa.

Num contexto de abertura das economias nacionais, a internacionalização de uma indústria, de um setor ou de uma empresa deixou de ser uma questão de opção para se tornar numa questão de sobrevivência.

O sucesso não é feito exclusivamente de custos e de preços baixos. A competitividade decorre de múltiplos fatores como, por exemplo, o serviço de apoio ao consumidor, qualidade do produto, sofisticação tecnológica, parâmetros ambientais de produtos e de processos de fabrico, atitude adotada perante o mercado, eficiência dos sistemas de logística e serviços de assistência pós-venda.

Verificamos que, além da globalização e da intensificação da concorrência, as economias modernas caracterizam-se pela mudança rápida. Os fatores dinâmicos de competitividade encontram-se associados ao conhecimento. As próprias estratégias de redução de custos de produção são intensivas em conhecimento e informação.

As empresas não são autossuficientes em conhecimento e serviços que necessitam. A competitividade das empresas exige, por um lado, flexibilidade e adaptabilidade perante a evolução do mercado e, por outro lado, a participação em *networks* (isto é, a integração em redes), por exemplo, de investigação e desenvolvimento (I&D), logística e produção.

Como vimos, a internacionalização é uma forma de assegurar a competitividade e ajustar o posicionamento estratégico das empresas no mercado global. E deve acontecer como uma consequência de processos de inovação e de intra-empendedorismo.

O mercado é local mas a concorrência é global. A principal preocupação das empresas não deve ser os concorrentes existentes mas os que surgem inesperadamente com produtos inovadores e negócios novos.